

A PECUÁRIA NA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DE URUGUAIANA/RS

THE LIVESTOCK IN THE SOCIOESPACIAL TRAINING OF URUGUAIANA/RS

Cláudia Heloiza Conte¹

¹ Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, PR, Brasil

Correspondência para: Cláudia Heloiza Conte (claudiaheloiza@yahoo.com.br)

doi: 10.12957/geouerj.2018.31414

Recebido em: 23 nov. 2017 | Aceito em: 22 out. 2018



RESUMO

A proposta desse trabalho é de compreender como se deu a formação socioespacial do município gaúcho de Uruguaiana através da pecuária. A atividade, que foi inserida em seu território com a chegada dos jesuítas, atravessou diversos momentos e tornou-se a principal atividade econômica do mesmo. Para o entendimento acerca desse processo será utilizado como referencial teórico a categoria de Formação Socioespacial. Essa categoria encaminha-se no sentido de precisar como um dado modo de produção realiza-se nas diversas formações sociais, colaborando no entendimento da atual pecuária extensiva e latifundiária em Uruguaiana.

Palavras-chave: Formação Socioespacial. Pecuária. Atividade econômica. Formação social. Uruguaiana.

ABSTRACT

The purpose of this work is understand how the social and spacial formation of Uruguaiana municipality occurred through cattle raising. The activity, wich was inserted in its territory with the arrival of Jesuits, crossed several moments and became the main economic activity of the municipality. For the understanding about this process will be used as theoretical reference the category of Social-spatial training. This category is aimed at specifying how a given mode of production takes place in the various social formations, collaborating in the understanding of curent extensive cattle ranching and landowning in Uruguaiana.

Keywords: Social special formation. Livestock. Economic activity. Social formation. Uruguaiana.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo a discussão sobre o processo de gênese e desenvolvimento da pecuária em Uruguaiana. O município está localizado no estado do Rio Grande do Sul, que possui uma população total de 125.435 habitantes (IBGE, 2010). Tendo a pecuária como principal atividade econômica desde sua gênese, advinda dos jesuítas, a atividade passou por importantes processos no decorrer do tempo.

Em relação a abordagem utilizada para esse estudo, é preciso buscar em Santos (2005) a interpretação de que, o espaço reproduz a totalidade social na medida em que as transformações são determinadas por necessidades econômicas, políticas e sociais. Assim, o espaço se reproduz, ele mesmo, no interior

da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus sucessivos momentos. Contudo, o espaço influencia também na evolução da totalidade social e de seus movimentos. Santos (2005) destaca a importância de compreender a totalidade além das partes, visto que as partes isoladamente não a explicam.

Santos (1996) chama atenção ainda para a complexificação da totalidade a medida que o processo histórico avança, e neste sentido aponta que, o universo deve ser compreendido enquanto “[...] um todo estruturado do qual nos incumbe descobrir suas leis e estruturas internas” (SANTOS, 1996, p.94).

A escolha da categoria de formação socioespacial como referencial teórico apresenta uma preocupação com as análises globalizantes, que conduzem ao reconhecimento dos vários níveis na elaboração de distintas realidades, sendo o primeiro nível - os alicerces, dominado pela presença do quadro natural como definidor, em menor ou maior escala, da vida humana (PEREIRA, 2003). Assim, esse trabalho está dividido em três partes; primeiramente será realizada uma discussão sobre a categoria de formação socioespacial, para posteriormente abordar o processo de gênese e desenvolvimento da pecuária, seguido da discussão da atividade na atualidade.

Formação Socioespacial: breves apontamentos

Para iniciar a discussão sobre formação socioespacial é fundamental considerar os estudos de Marx (1983), onde o autor ressalta a unidade das diferentes esferas da vida social (econômica, jurídica, política, religiosa, artística e filosófica), destacando que, o entendimento da formação econômica e social é parte de um processo histórico e sob seu ponto de vista, o enfoque é “[...] o desenvolvimento da formação econômica da sociedade como um processo histórico-natural [...]” (MARX, 1983, p.13). A partir desse entendimento, o desenvolvimento histórico e suas etapas se tornam o lugar central na interpretação das sociedades.

Neste sentido Santos (1982) explicita que, Marx (1985) fundamentou o método científico da formação econômica e social porque soube retirar desde o início os entendimentos históricos e filosóficos da

sociedade em geral, apresentando uma análise científica de uma sociedade e de um progresso. Procedendo dessa forma, Marx (1985) desvincilhava-se do materialismo abstrato das ciências naturais, no qual o desenvolvimento histórico não é considerado. O conceito da formação econômica e social se refere a uma sociedade determinada, a exemplo do que Lênin (1974) produziu acerca do capitalismo na Rússia (SANTOS, 1982). Por meio da análise da evolução histórica de países e regiões, especialmente da Europa, Marx (1983) constatou a existência de traços fundamentais e leis de desenvolvimento comuns a todos eles.

Com base no conjunto de relações humanas e nas relações de produção, Marx (1985) caracterizou os modos de produção feudal, capitalista e socialista como momentos evolutivos da formação econômica das sociedades. A análise da natureza dos modos de produção requer a compreensão das relações de produção e dos meios de produção fundamental.

No entanto deve-se considerar que, os modos de produção adquirem feição concreta somente nas formações sociais, cuja estruturação, de acordo com Santos (1982), depende dos níveis qualitativos e quantitativos dos modos de produção e da forma como eles se combinam.

Considerando que a produção implica "[...] a organização dos indivíduos humanos e sua relação com o restante da natureza" (MARX e ENGELS, 1986, p.42) e que a formação econômica e social constitui a "[...] estrutura técnica produtiva expressa geograficamente na distribuição da produção [...]" (SANTOS, 1982), o espaço coloca-se enquanto um elemento chave no processo de formação econômica e social. Para Santos (1982), se a categoria de formação econômica e social está ligada de forma inseparável a evolução de uma dada sociedade, em sua totalidade concreta ela dever ser entendida sempre com base na realidade histórica e geográfica. Nesta perspectiva:

A localização dos homens, das atividades e das coisas no espaço explica-se tanto pelas necessidades 'externas', aquelas do modo de produção 'puro' (o modo de produção dominante, que não se realiza plenamente em parte alguma), quanto pelas necessidades 'internas', representadas essencialmente pela estrutura de todas as procuras e a estrutura das classes, isto é, a formação social propriamente dita (SANTOS, 1982, p.27/28).

Nas necessidades internas não poderão estar ausentes os elementos naturais, visto que o modo de produção consiste em uma forma particular de organização do processo de produção, atribuído a agir sobre a natureza e alcançar os elementos necessários à satisfação das necessidades da sociedade. Uma dada sociedade e sua natureza são inseparáveis e conjuntamente compõem a formação social. São as determinações geográficas existentes na categoria de formação social que possibilitam a discussão de formações socioespaciais (SILVA, 2005). De acordo com Cholley (1964, p.140):

As combinações que são objeto da geografia oferecem uma localização espacial, é a primeira diferença a assinalar. O plano no qual elas se manifestam se confunde com aquele em que entram em contacto os grandes elementos constitutivos do globo terrestre, a terra, as águas, a atmosfera: nós o designamos como superfície do globo. E é precisamente porque esse plano de contacto existe, que tais combinações se produzem, provocando nos elementos atmosféricos, hidrológicos ou terrestres modificações de estrutura de incontestável originalidade.

Para Cholley (1964), é possível desvendar o caráter geográfico de um determinado local ao verificar se são produzidas formas particulares que permitam as manifestações da vida, especialmente aquelas que expressam as atividades dos grupos humanos. Neste sentido, as combinações de caráter acidental devem ser eliminadas do domínio geográfico, visto que a ideia de meio acarreta uma noção de estabilidade. Assim, “[...] certas combinações podem em dado momento, penetrar no domínio geográfico, assumir um caráter geográfico, enquanto que em outras ocasiões elas perderão esse caráter, por não serem mais capazes de realizar um meio relativamente estável” (CHOLLEY, 1964, p.141).

O autor supracitado aponta que, as combinações podem ser divididas em três categorias: as provenientes apenas da convergência de elementos físicos; as mais complexas, que contam com elementos físicos e biológicos e as mais complicadas, que resultam da interposição conjunta de fatores físicos, biológicos e humanos. Esta última categoria de combinações é realizada pelo homem, a exemplo da atividade agrícola, industrial, etc.

“As combinações nascem, evoluem e morrem” (CHOLEY, 1964, p.142). Nesse processo a estrutura social é aperfeiçoada, o nível de vida pode ser elevado e ocorre a criação de bens de consumo e de troca. Posteriormente o sistema apresenta sinais de fraqueza e provoca crises. Atrelado a esses

fatores, ocorre o amortecimento demográfico e alterações no equilíbrio social, que promovem o deslocamento da combinação e a chegada de uma nova combinação (CHOLLEY, 1964). Entretanto deve-se atentar para o fato de que, as várias possibilidades das combinações e as suas mudanças podem não estar unicamente relacionadas com as condições naturais. As condições econômicas, políticas e étnicas tem papel importante, visto que podem corrigir as possibilidades existentes na natureza.

A estrutura das combinações geográficas impossibilita conceber os fatores que as compõem isoladamente, pois eles existem apenas como elementos da combinação, ou seja, são nas combinações das quais fazem parte, que devem ser analisados. A interpretação das condições do meio pode mudar de um século para o outro e essas mudanças estão relacionadas com a inserção de técnicas criadas pelo homem, como os processos de irrigação e maquinário agrícola. À medida que evoluem os centros urbanos e que as técnicas tornam-se mais eficazes, a ação das condições naturais é menos indispensável e a estrutura social, a mão de obra e a localização das cidades é que sustentam a estrutura das combinações. No entanto, Cholley (1964, p.270) evidencia que:

A distribuição das combinações e sua evolução, isto é, as tentativas de organização do planeta, repousam, pois, sobre duas bases essenciais: uma base territorial e uma base humana (densidade, estrutura social e nível de vida, técnica, ação política, etc). A primeira evoca a ação das condições naturais, a segunda o estado do grupo humano, nenhuma das duas apresenta o caráter determinante, que outrora lhes foi atribuído.

Deste modo é fundamental destacar que, as características regionais resultam da forma como estas se agrupam, se superpõem ou interferem nas distintas combinações originárias das ações dos diferentes tipos de atividades realizadas por um grupo humano. Foi no final da década de 1970 que Milton Santos, alicerçado nas contribuições de diferentes autores, em sua maioria de inspiração marxista, resgatou a categoria de formação econômica e social, afirmando ser “[...] a mais adequada para auxiliar a formação de uma teoria válida do espaço [...]” (SANTOS, 1982, p. 10).

Apontado por Mamigonian (1996, p.198) como a reflexão teórica mais importante de Milton Santos, *Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método* (1982) é “[...] marco fundamental da renovação marxista da geografia humana atual”. Santos (1982) insere o espaço

apreendido enquanto uma instância da sociedade, tal qual a política, ideológica, econômica, cultural, pois a dimensão da sociedade contém e é contida pelas demais e cada instância contém e é contida pelo espaço, tendo o social como sua essência. Ou seja, compõem uma totalidade concreta que se constitui num espaço-tempo, onde o movimento de concretude dessa totalidade expressa continuidades e descontinuidades como uma unidade (SANTOS, 1985).

Bessa (2010) salienta que, essa categoria é essencial para a análise geográfica, assim como para o entendimento dos processos de diferenciação espacial, especialmente em escalas particulares. Essa categoria revela que, uma sociedade só se torna concreta através do espaço que ela mesma produz, “[...] não obstante, o espaço só se torna inteligível por intermédio dessa sociedade, sendo, portanto, uma instância e um dado constitutivo” (BESSA, 2010, p.47).

A categoria de formação socioespacial encaminha-se, sobretudo, no sentido de precisar como um dado modo de produção realiza-se concretamente nas diversas formações sociais. Para isso, Santos (1982, p.87) explicita que “[...] os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada [...]” e neste sentido, “[...] as formas espaciais seriam uma linguagem dos modos de produção”, ou melhor, seria uma linguagem do resultado concreto entre o contato do modo de produção e da formação social preexistente.

Santos (1982) evidencia ainda que, modo de produção e espaço geográfico evoluem juntos, movidos pela mesma lógica unitária, ou seja, “[...] a cada novo modo de produção (ou a cada novo momento do mesmo modo de produção) mudam a estrutura e o funcionamento do espaço” (SANTOS, 1982, p.89). Entretanto o autor explica que, a análise do modo de produção, apesar de central, não é adequada o suficiente para a compreensão do espaço, devendo, neste caso, ser associado ao conceito de formação socioespacial.

Modo de produção, formação social e espaço são categorias interdependentes, pois “[...] todos os processos que, juntos, formam o modo de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo) são histórica e espacialmente determinados num movimento de conjunto, e isto

através de uma formação social” (SANTOS, 1982, p.86), onde estão integrados o econômico, o político, o social e o cultural. Segundo o autor (1982, p. 82), “[...] trata-se de fato de uma categoria de Formação Econômica, Social e Espacial”. Santos (1982, p.81) deixa claro que, as formações socioespaciais, enquanto etapas de um processo histórico, referem-se a “[...] evolução diferencial das sociedades”, isto é, expressam a diferenciação espacial, e por conseguinte, são dados fundamentais para explicar por que países, regiões e centros urbanos diferenciam-se uns dos outros. Esses participam do processo geral, implementado pelo modo de produção dominante, com graus diferentes de copresença e de complexidade, pois se definem tanto pela “[...] sua existência corpórea [na esfera da materialidade] quanto por sua existência relacional”.

A diferenciação entre os lugares resulta do arranjo espacial advindo dos modos de produção particulares, ou em outras palavras, a realização de um dos momentos da produção supõe um local próprio, que é ao mesmo tempo diferente para cada processo ou momento do processo.

Cada combinação de formas espaciais e de técnicas correspondentes constitui o atributo produtivo de um espaço, sua virtualidade e sua limitação. A função da forma espacial depende da redistribuição, a cada momento histórico, sobre o espaço total da totalidade das funções que uma formação social é chamada a realizar. Esta redistribuição – realocação deve tanto as heranças, notadamente o espaço organizado, como ao atual, ao presente, representado pela ação do modo de produção ou de um dos seus momentos (SANTOS, 1982, p.5).

Disso resulta que, a formação socioespacial permite a análise da concretude de uma sociedade (compreendendo sua evolução, sua situação atual, sua mudança histórica e suas relações), sendo esta uma realidade histórico-concreta. Sua base de explicação é a produção, ou seja, o trabalho onde o homem transforma o espaço. Seu estudo possibilita “[...] a apreensão do particular como uma cisão do todo, um momento do todo, assim como o todo reproduzido numa de suas frações, [...] mas sempre um conhecimento específico, apreendido num dado momento de sua evolução” (SANTOS, 1982, p.12).

Desta forma, a dinâmica de um espaço geográfico deve ser compreendida com base nos processos sociais que o formaram, sem abandonar as características naturais que permitiram as bases de seu desenvolvimento.

Gênese e desenvolvimento da pecuária em Uruguaiana

Durante o período colonial a dinâmica da área onde Uruguaiana está inserida esteve atrelada ao processo da mineração do ouro que ocorria em Minas Gerais, desencadeando no sul da Colônia portuguesa um processo de produção, que tinha por objetivo abastecer o mercado interno criado pela mineração (SERRES, 2010).

Essa economia movimentou, além do oeste do Rio Grande do Sul, a área platina¹ como um todo, já que os processos de aprisionamento e condução de gado e especialmente de mulas destinadas ao transporte para a região mineradora, não restringiam-se apenas ao domínio português, pois era na Argentina que encontravam-se os muares. Desta forma, iniciou-se o interesse por parte da Coroa portuguesa em impulsionar o povoamento das terras ao sul de São Vicente até Sacramento (PESAVENTO, 1992).

Assim, o Rio Grande do Sul começou a ser ocupado no contexto de disputa entre as Coroas da Espanha e de Portugal. Datam do início do século XVII as primeiras incursões jesuíticas ao território gaúcho, que era povoado predominantemente por indígenas, com destaque para os guaranis. A ocupação da porção sul do estado, onde se encontra o município de Uruguaiana, também foi realizada pelos padres da Companhia de Jesus. A disputa entre Portugal e Espanha pelas terras da América do Sul ocorreu por longo período baseada no Tratado de Tordesilhas, que definia os limites de fronteira, mesmo sem constar precisamente onde encontravam-se esses limites.

Aqui é necessário considerar que, ao entrar em contato com o universo subdesenvolvido ou pré desenvolvido, como nos mostra Rangel (1981), a Europa não mediu esforços para inserir a América nos moldes feudais, tendo o Tratado de Tordesilhas como marco deste esforço. Ao mesmo tempo que dividia-se o continente americano entre as Coroas de Espanha e Portugal “[...] estatua que todas as nossas terras pertenciam ao rei – um ou outro, pouco importava, do nosso ponto de vista” (RANGEL, 1981, p.6).

Considerando que nos primeiros anos de ocupação da área de Uruguaiana a população local era pequena e a demanda por alimentos reduzida, a quantidade de gado era grande. Esse período ficou marcado como a época do couro, expressão usada de forma pragmática, pois neste momento o couro

¹ Pertencem a América Platina a Argentina, o Paraguai e o Uruguai. Recebe esta denominação pelo fato dos países serem banhados por rios que compõem a Bacia Hidrográfica do Rio do Prata.

era a parte mais valorizada e aproveitável do boi, sendo que na maioria das vezes a carne era ignorada, já que a mesma não poderia ser conservada, devendo ser consumida logo após o abate do animal.

É a partir da doação de sesmarias² na região de Uruguaiana, que verifica-se o processo de formação das estâncias, criação de cidades e da economia baseada na atividade pastoril. Isso ocorreu a partir de 1814 com o objetivo de ocupação do espaço físico. Assim, através das referidas doações, ocorreu a oficialização da grande propriedade rural, que marca a constituição da base fundiária da fronteira oeste gaúcha. A estabilização da fronteira após a Guerra Cisplatina e a dos Farrapos deu início ao período da estância comercial (FONTOURA, 2005). Neste sentido Fonseca (1983) explicita que, a grande propriedade não é apenas característica da fronteira, de certo modo é um elemento da própria economia pecuarista.

Alguns autores apontam a inexistência de um mercado de trabalho livre na pecuária durante a primeira metade do século XIX (MAESTRI, 1984; PESAVENTO, 1980). Contudo, Farinatti (2003, p.14) assinala uma combinação de trabalho escravo com trabalho de peões livres nas estâncias. O autor explicita que estes peões recebiam pouco e a maior parte era paga em mercadorias.

[...] em meados do século XIX, o trabalho de escravos campeiros era ainda estrutural nos maiores estabelecimentos pecuários da Campanha. Havia, também, peões que iam à estância e ficavam por dois ou três meses, em geral nas épocas de maior demanda laboral. Recebiam salários maiores, e uma parte mais significativa dos seus vencimentos era paga em dinheiro. Além de todos esses trabalhadores, ainda havia os peões por dia ou tarefa, que ficavam nas estâncias por alguns dias ou semanas, nos períodos de marcações, castrações, busca de animais evadidos e formação de tropas para as charqueadas. Esses peões eventuais recebiam mais do que todos os outros e quase sempre em dinheiro.

Para a compreensão da formação socioespacial de uma área é fundamental considerar os elementos físicos. A figura 1 apresenta o relevo desta área; trata-se de um relevo predominantemente composto

² De acordo com Ferreira (1994), as sesmarias eram lotes de terras incultas ou abandonadas cedidas pela Coroa Portuguesa a pessoas que quisessem cultivá-las, chamadas sesmeiros. O lavrador era obrigado a pagar uma sexta parte dos frutos da terra. Era justamente o dízimo da Ordem de Cristo, esta representada pela Coroa Portuguesa. Por isto, chamava-se sesmaria. Prado Junior (2008) aponta que, Portugal dividiu o território do Brasil em 15 setores lineares - as capitânicas - de 30 a 100 léguas de costa (cada légua tinha aproximadamente 6 quilômetros de extensão) que foram doadas a 12 donatários. Estes usufruíam de poderes administrativos, legislativos e jurisdicionais, podendo conceder sesmarias, fundar vilas, organizar a administração e desempenhar funções judiciais. Essas Capitânicas eram particulares e hereditárias, pois pertenciam aos donatários e eram transmissíveis por herança aos sucessores legítimos.

por campos e planalto de araucárias, elemento que favoreceu a criação de gado. O solo presente em Uruguaiana, e que estende-se em áreas da Argentina e do Uruguai, é denominado Luvissoles, ou seja, caracteriza-se pela pouca profundidade e pelo acúmulo de argila (URUGUAIANA, 2004).

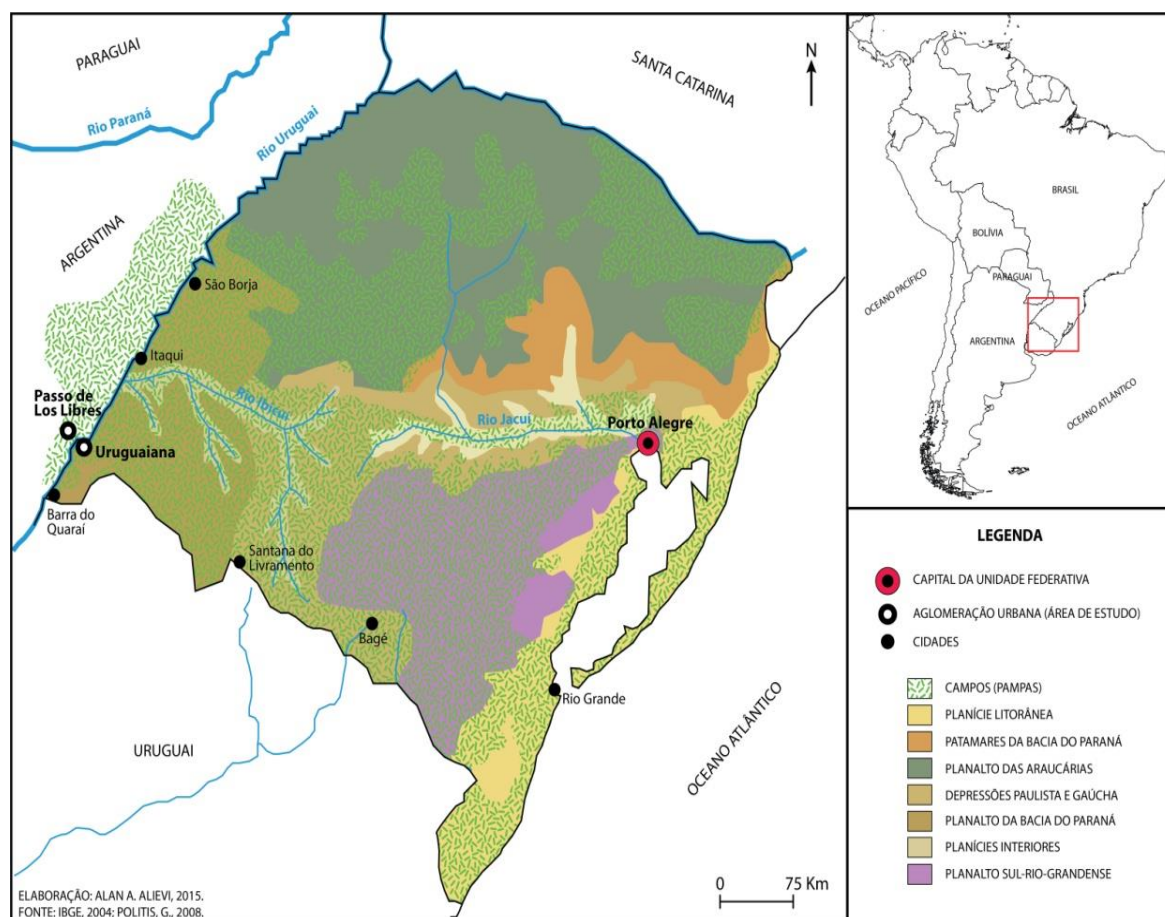


Figura 1. Aspectos das condições naturais do Rio Grande do Sul

O povoamento da região da Campanha³ ocorreu vinculado às notícias que corriam na Colônia sobre as possibilidades da riqueza pastoril, bem como da necessidade dos sesmeiros. Para os sesmeiros era, na maioria dos casos, destinado o posto de coronel, já que, devido principalmente ao distanciamento da autoridade institucional do governo, além das terras era atribuída à autoridade legal do local. Sobre esta formação, Rangel (1981, p.7) explicita que:

[...] o feudalismo surgido no Brasil a partir do Tratado de Tordesilhas, passou a ter, e não em caráter temporário, um caráter não feudal. Em suma, entre os donatários (e não apenas os titulares das capitâneas hereditárias) e o rei estabeleciam-se relações de caráter insofismavelmente feudal: relações de susserania e vassalagem, ao passo que entre o donatário –

³ Área composta por vegetação rasteira, formada por gramíneas e herbáceas (CESAR, 2005).

vassalo e a população do feudo, a ele subordinada, estabeleciam-se relações típicas de outros modos - mais primitivos - de produção, refletindo o estágio aí alcançado de desenvolvimento das forças produtivas.

A partir de 1822 a cessão de direitos sobre as terras através das sesmarias no Brasil foi extinta, entretanto era possível a posse das terras devolutas para aqueles que tinham intuito de cultivá-las. A ocupação realizada a partir desse momento era conhecida como “posse com cultura efetiva” (HERRLEIN, 2004). O autor citado afirma que, as alterações nas formas de ocupação das terras não foram suficientes para impulsionar o surgimento de pequenos e médios produtores rurais em Uruguaiana. Somente em 1850, através da Lei das Terras, é que as terras devolutas passaram a ter caráter legal, conforme especifica seu artigo 3:

- 1) as que não se achassem aplicadas a algum uso público, nacional, provincial ou municipal;
- 2) as que não se achassem no domínio particular por título legítimo, nem fossem havidas por sesmarias ou outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em comisso por falta de cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura;
- 3) as que não se achassem dadas por sesmarias ou outras concessões do Governo, que, apesar de incursas em comisso, fossem revalidadas por aquela lei;
- 4) as que não se achassem ocupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em título legal, fossem legitimadas por aquela lei (BRASIL, 1964).

A aquisição das terras devolutas, por sua vez, era facilitada para os proprietários, como pode-se constatar no artigo 15 da Lei das Terras:

Art. 15. Os possuidores de terra de cultura e criação, qualquer que seja o título de sua aquisição, terão preferência na compra das terras devolutas que lhes forem contíguas, com tanto que mostrem pelo estado da sua lavoura ou criação, que tem os meios necessários para aproveitá-las (BRASIL, 1964).

Lima (1990) afirma que, a Lei de Terras, como ficou conhecida a lei nº 610, buscava estabelecer uma nova medida para controlar a apropriação das terras do Estado. As formas como as terras foram adquiridas antes da lei conduziram a alguns problemas, sobretudo a falsificação de documentos com o propósito de sua legitimação, tanto para os sesmeiros quanto para os posseiros, ou ainda, “[...] as sesmarias de qualquer maneira invalidadas foram tornadas suscetíveis de revalidação, bem como as posses ainda não legitimamente transmitidas foram declaradas legitimáveis, desde que umas e outras preenchessem os requisitos de cultura efetiva e morada habitual” (LIMA, 1990, p. 56).

Importante apontar que, a gênese de Uruguaiana se deu sob a influência farroupilha. Esse conflito ocorreu no período de 1835 a 1845 entre os liberais gaúchos que buscavam proclamar a província do Rio Grande do Sul em República e os conservadores a favor da manutenção do Império. Para Dorneles (2010), entre as causas iniciais da revolução estavam os altos impostos cobrados sobre o charque gaúcho e o gado em pé, enquanto o charque uruguaio era isento de taxas e impostos⁴.

Na Revolução Farroupilha, a participação de parcela significativa dos grandes proprietários foi importante, pois tratava-se do grupo social dominante e afeito à guerra; talvez resida nisso uma das explicações para a longa duração do conflito (DORNELES, 2010). Essa elite que se posicionava em termos políticos como liberal, exercia domínio no âmbito local e nas relações sociais estabelecidas eram evidentes os aspectos senhoriais e autoritários (FACHEL, 2002). Contudo, o grupo não conseguiu manter-se, sendo que em 1845 chegou ao fim a República do Rio Grande do Sul e a mesma voltou a integrar o território brasileiro.

De acordo com Flores (1996), a vila de Uruguaiana iniciou seu comércio internacional legal nos primeiros anos de sua criação, quando já exportava mercadorias que representavam valores bastante significativos no total das exportações da província. As exportações eram compostas por produtos derivados da indústria pastoril, especialmente couro e charque e destinavam-se para o Uruguai, Argentina, Alemanha, França, Chile, Cuba, Bélgica, Inglaterra, além de estados brasileiros como Rio de Janeiro e Pernambuco.

Neste momento o Brasil aumentava sua produção de produtos exportáveis, além do crescimento da renda monetária da fazenda e da receita cambial do país, que engendrou um movimento de urbanização. “[...] participaram desta movimentação não apenas as famílias dos senhores, pela transferência da casa grande pela da cidade, mas também a mão de obra escrava e semilivre, antes ocupada na casa grande rural, em atividades substitutivas de importações” (TOLMASQUIM, 1991, p.31).

⁴ Para aprofundamento do assunto ler Dorneles (2010).

Sobre as charqueadas, Vieira e Rangel (1993, p.29) em seu estudo sobre a economia do Rio Grande do Sul, apontam:

Em 1835 funcionavam trinta e cinco charqueadas de porte, com abate de cerca de 600.000 cabeças que anualmente eram negociadas na tablada, a grande feira de gado que se realizava de 15 de dezembro a 15 de julho. Diariamente, no período, os charqueadores compravam o gado a ser abatido e transformado em charque. No intervalo de 1874-1903 foram sacrificados mais de nove milhões de cabeças nos estabelecimentos charqueadores.

As décadas de 1850 e 1860 representaram o auge dos abates e exportações do produto, contudo esse momento foi marcado também pela alta do preço dos escravos e a crescente concentração dos mesmos nas mãos de poucos charqueadores, pela perda do mercado consumidor do Sudeste para as charqueadas platinas e queda dos preços do charque. De acordo com Soares (2006), a partir da década de 1860, Argentina e Uruguai voltam sua produção para os frigoríficos estrangeiros e as charqueadas estavam praticamente ausentes de suas unidades produtivas, cabendo as charqueadas gaúchas suprir o mercado de charque que estes países abasteciam. No que diz respeito à formação socioespacial desta área, deve-se considerar as relações sociais neste período.

A charqueada foi essencialmente movida pelo braço do homem negro escravizado. Ainda não havia condições para uma classe de trabalhadores assalariados. A produção de charque exigia um trabalho intenso, pesado e prolongado. Somente baixas despesas e nenhum salário garantiriam altos lucros. As condições de trabalho em uma charqueada escravista eram duras. Prática sazonal, nos períodos em que não havia a produção de charque o escravo também trabalhava em olarias e demais lidas, e nos períodos de produção as jornadas de trabalho eram superior a 14 horas por dia. Muitas vezes o negro literalmente desfalecia de cansaço e sono sem afastar-se de suas tarefas (MAESTRI, 1989, p.45).

O autor supracitado aponta que, esta realidade foi alterada a partir de 1884, quando Uruguaiana, antecipando-se a proclamação da lei Áurea (1888), anuncia a abolição da escravidão em território municipal⁵. Catão (2008) aponta que, as leis anti-tráfico negreiro, assim como a lei de Terras, foram fundamentais no processo de transformação dos escravos em servos.

Pesavento (1980) aponta que, no final do século XIX no estado do Rio Grande do Sul existiam mais de trinta charqueadas, sendo que Uruguaiana contava com uma unidade, a charqueada Barra do Quaraí.

⁵ “Ex-escravos e seus descendentes, ainda que marginalizados, comporão o contingente urbano no início do século XX, que procurara sociabilizar-se, mais intensamente nos anos 1930, e no período do Estado Novo (1937), com o nacionalismo de Vargas” (MAESTRI, 1989, p.49).

As charqueadas fundadas no estado concentravam-se em sua maioria nos municípios da fronteira, sendo Bagé considerado o polo charqueador gaúcho. Para Soares (2006), a interiorização das charqueadas deve-se a livre navegação dos rios, a implantação das ferrovias a partir de 1887, responsáveis pela articulação do interior ao litoral, assim como pela importância que a fronteira adquiriu no circuito comercial platino.

Além das vantagens legais da localização fronteiriça, o contrabando teve papel importante no crescimento das charqueadas, principalmente no que se refere aos transportes ilícitos, práticas constantes naquela área. De acordo com Soares (2006), o transporte de gado em pé era facilitado pela existência de um considerável número de proprietários gaúchos que possuíam estâncias no Uruguai. A autora aponta que, em 1887, 43,9% do gado uruguaio pertencia a brasileiros, e nesta perspectiva Corsetti (1983, p.103) evidencia que, no final do século XIX as charqueadas gaúchas passaram por um processo de reestruturação:

Com oscilações nítidas, as exportações de charque rio-grandense conseguem se manter em crescimento até 1868, quando se registram as maiores exportações do produto sulino. A partir de então, a tendência depressiva apresentada por este setor da economia gaúcha é claramente observável. [...] Ao longo de 21 anos, a confluência dos problemas enfrentados pelas empresas rio grandenses articula o desenrolar de um processo depressivo que vai se mostrar irreversível para o setor e conduzirá, no final do século, a reestruturação do mesmo, que passará a se organizar em novos moldes, de características então capitalistas.

Para Herrlein (2004), a economia gaúcha durante o século XIX, assim como as formas originárias de uso e apropriação da terra, conduziram a formação de uma região que seguiu um caminho específico de desenvolvimento capitalista, não periférico em comparação com outras regiões.

O cercamento das terras representou o fim do que Queiroz (1977) denominou de estância patriarcal. A dinâmica e o funcionamento das estâncias estavam relacionadas com a presença do agregado, do peão e do escravo. A composição de classes é importante para a compreensão do processo de formação socioespacial dessa área de fronteira, bem como a continuidade e as mudanças que foram ocorrendo nas atividades produtivas, neste caso em específico, da pecuária.

Quando Queiroz (1977) aponta a existência de agregados nas estâncias, trata-se de um tipo de relação de trabalho onde o trabalhador, ao prestar serviços ao estancieiro, recebia uma parcela da terra para manter suas próprias atividades e subsistência, compostas de lavouras e criação de pequenos rebanhos. Nas palavras de Zarth (2002, p.172), o agregado mantinha uma relação de dependência com o proprietário, “[...] que lhe concedia o direito de morar em troca de produtos e da prestação de serviços, pelo qual poderia ser remunerado”.

Os peões, por sua vez, eram remunerados tanto através de dinheiro quanto através de produtos, só que diferentemente dos agregados, não possuíam vínculos com os proprietários, sendo na maioria das vezes trabalhos temporários. Os peões eram contratados por dia ou tarefa e permaneciam nas estâncias por alguns dias ou semanas, principalmente nos períodos de marcações, castrações, busca de animais evadidos e formação de tropas para as charqueadas (FARINATTI, 2008), enquanto os escravos compunham a parcela daqueles trabalhadores permanentes, responsáveis por todas as tarefas relacionadas a criação de gado.

Em relação a presença de escravos na pecuária de Uruguaiana e de toda área da Campanha Gaúcha, deve-se frisar que existe pouca menção na bibliografia e em muitas vezes, a omissão de sua presença. Mesmo com o término da escravidão, muitos escravos permaneceram nas estâncias. Avé – Lallemand (1980, p. 263) coloca brevemente as relações sociais encontradas nas estâncias do Rio Grande do Sul:

Diante da porta da segunda estância estava uma índia que , quando lhe perguntei pelo caminho, pediu-me que apeasse e insistiu para que entrasse na casa. É clássica essa hospitalidade nos longínquos campos do Rio Grande. Enquanto um pequeno índio cuidava do meu cavalo, um negro punha a mesa e trazia-nos a comida, de modo que tive que gozar um pequeno repouso, tanto mais quanto a minha visita, a visita de um europeu totalmente desconhecido, pareceu notável a boa dona de casa.

A população do Rio Grande do Sul em 1872 era de 434.813 habitantes, sendo 67.022 escravos (BRASIL, 1872). Esses dados reafirmam que a mão de obra utilizada na pecuária e nas charquedas de Uruguaiana e demais cidades do Rio Grande do Sul era formada por agregados, por peões e por escravos, ou seja, a formação social de Uruguaiana era composta de elementos escravistas e feudais.

O sistema econômico de Uruguaiana alicerçado na pecuária extensiva e na grande propriedade fundiária evidenciou uma reduzida capacidade de incorporar novas áreas de produção agrícola ou industrial, capitalistas ou não (ALMEIDA, 1992). Para Tolmasquim (1991, p. 31) este período está relacionado:

Com a fase b do segundo kondratieff (1873-96), nova fase de substituições de importações, só que sem retorno expressivo ao sistema de subsistência em torno da economia da casa grande, a sede desse novo esforço foram as cidades, com a proliferação de unidades artesanais e algumas manufaturas pré-industriais. O promotor desse movimento não foram os senhores de escravos, mas sim o capital mercantil, que passava a assumir liderança da segunda dualidade, com uma dissidência da classe de senhores de escravos, a nova classe dos latifundiários feudais.

Este período representou para Uruguaiana a consolidação da pecuária enquanto atividade econômica, sendo caracterizada principalmente pelas estâncias, tendo sua dinâmica social com presença de escravidão e relações feudais no interior das propriedades.

No ano de 1928, de acordo com Dias (1996), foi oficializada a medida que desnacionalizava o charque brasileiro que transitasse por países estrangeiros. Esta medida extinguiu o sistema de guias falsas, bastante comum até aquele momento, e passou a exigir o pagamento de taxas para a exportação do charque através do porto de Montevideú. Albuquerque (2011) explicita que, anterior a esse acontecimento e atrelado a ele, os pecuaristas pampeanos, através da Revolução de 1923⁶, mobilizaram por meio de força militar, a ampliação de linhas de crédito público e a extinção do imposto sobre a propriedade rural, este último instituído em 1904 pelo governo republicano de Julio de Castilhos, representando a mais importante fonte de renda do governo gaúcho entre os anos de 1915 e 1918.

A solução encontrada pelo governo do estado foi criar, em 1928, o Banco do Rio Grande do Sul, com objetivo de assumir as carteiras de crédito rural e hipotecário de acordo com as reivindicações da elite campeira. Albuquerque (2011, p.09) acrescenta que:

Com efeito, a pressão política das elites campeiras era maior nos momentos mais agudos das

⁶ Movimento armado ocorrido no Rio Grande do Sul entre Assisistas e Borgistas. O primeiro grupo, constituindo a oposição, era formado pelo Partido Republicano Rio Grandense e antigos federalistas, enquanto o segundo era formado por Chimangos, sob a liderança de Augusto Borges de Medeiros, que governou o estado por mais de 20 anos. A revolução teve duração de 11 meses e teve origem semelhante a da Revolução Federalista (1893/1895), onde a questão fundamental era a disputa de poder. Para maiores detalhes, ler Antonacci (1981).

diversas "crises da pecuária", quando a taxa de lucro da atividade pecuarista recuava de seus patamares históricos. Esta foi a causa estrutural das revoltas políticas ocorridas no Rio Grande do Sul, e que reverberavam além dos limites estaduais, como Revolução Farroupilha (1835), Revolução Federalista (1893) e Revolução Liberal (1923), onde se matava gente quase quanto gado. Eventos que foram revolucionários apenas no nome, pois deixavam intocada a estrutura fundiária e baseavam suas reivindicações no protecionismo ou no uso de fundos públicos, como na Farroupilha quando os charqueadores pampeanos obtiveram do poder imperial uma proteção tarifária contra a produção platina, ou na Federalista quando as taxas de importação para o produto concorrente foram outra vez ampliadas.

Os charqueadores da fronteira oeste do estado foram obrigados a utilizar a infraestrutura da cidade de Rio Grande, que segundo Dias (1996), encontrava-se em péssimas condições, especialmente no que se refere às estradas, trilhos, pontes e porto.

De modo geral Herrlein (2004) aponta que, um conjunto de fatores fez com que a pecuária extensiva predominasse no Rio Grande do Sul, reforçando a distinção entre as duas regiões do estado (norte e sul). Associados a racionalidade produtiva advinda da distribuição de terras como forma de assegurar estas áreas sob o domínio português e apoiado em grandes áreas pecuaristas, a porção sul do Rio Grande do Sul assumiu as características, em grande parte, prevaletentes até os dias atuais.

Outra questão importante colocada por Mielitz (1994) diz respeito à instalação dos frigoríficos no início do século XX, situação que provocou mudanças nas áreas ocupadas pela pecuária, no entanto isso se desencadearia cinquenta anos após a efetivação de investimentos dessa natureza nos países da Bacia do Prata.

Sobre essa questão deve-se considerar que, em 1870 teve início os investimentos voltados ao melhoramento dos rebanhos no Rio Grande do Sul, através da importação de raças européias. Segundo Fontoura (2005), com o início da refrigeração da carne, ocorreram mudanças no tempo de abate de novilhos. Do ciclo do couro às charqueadas, o tempo de abate era em torno dos 7 aos 8 anos, quando o animal tinha a melhor relação entre espessura do couro, carcaça e gordura. A frigorificação, no entanto, exige um rebanho mais apurado e o tempo de abate cai para quatro anos e meio. A introdução, em 1914, dos banheiros carrapaticidas, junto com demais medidas de sanidade animal e manejo, conseguem diminuir o tempo de abate para 3 anos.

A tabela 1 apresenta dados sobre a pecuária existente no município de Uruguaiana e no estado do Rio Grande do Sul. Com importante destaque, o rebanho bovino aparece com 340.080 cabeças em 1940, seguido do rebanho equino, com 27.153. Contudo, o maior destaque neste momento são os ovinos, com 575.571 cabeças recenseadas. O considerável rebanho ovino está relacionado com a demanda de lã, que teve crescimento a partir da Primeira Guerra Mundial.

Gado recenseado (cabeças) 1940		
Especificação	Uruguaiana	Rio Grande do Sul
Bovino	340.080	7.460.705
Equino	27.153	964.677
Asinino e mular	1.693	124.482
Suino	2.965	3.168.860
Ovino	575.571	5.190.821
Caprino	368	72.355
Aves	33.333	7.954.775

Tabela 1- Pecuária em Uruguaiana e Rio Grande do Sul: 1940 Fonte: IBGE. Sinopse estatística do município de Uruguaiana. Rio de Janeiro, 1950.

Após a segunda metade do século XX, especialmente a partir da década de 1960 e intensamente na década de 1970, verifica-se o avanço na introdução de novas técnicas nas atividades agropecuárias gaúchas. Isso se deu principalmente pela política de crédito subsidiado, e em Uruguaiana foi importante porque ocorreu no momento em que se dava a introdução e a expansão da rizicultura⁷. Para melhor compreender a estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais de Uruguaiana, a tabela 2 apresenta os dados.

A formação socioespacial da área onde se insere Uruguaiana, dominada pela grande propriedade, foi reforçada através da análise dos dados da tabela. Em 1950 existia o predomínio em número de estabelecimentos e área das grandes propriedades, visto que estas somavam 579.358 hectares. Embora os estabelecimentos de até 500 hectares, juntos, compusessem um número maior de estabelecimentos (607), a área ocupada por elas era de apenas 82.394 hectares.

⁷ O desenvolvimento da rizicultura em Uruguaiana não será abordado nesse trabalho, para aprofundamento no tema ler Beskow (1984).

Grupos de área	1950		1960		1970		1975	
	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)
Até 49 ha	237	5.678	328	6.171	459	8.358	491	8.203
50 a 100 ha	96	7.472	151	11.838	196	14.264	190	14.580
101 a 500 ha	274	69.244	268	64.105	392	97.880	370	91.521
Acima de 501 ha	309	579.358	297	544.403	309	525.211	348	533.977

Tabela 2. Estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais de Uruguaiana: 1950/ 1975. Fonte: IBGE, Censo agropecuários 1950,1960, 1970 e 1975.

No censo de 1960 poucas alterações: pequeno acréscimo de número e área para estabelecimentos com até 49 hectares. Essa constatação está relacionada com o assentamento das colônias agrícolas pelo IRGA durante o final da década de 1940 e início de 1950. Os estabelecimentos com área entre 50 e 100 hectares tiveram acréscimo em número e área em relação a 1950, aqueles entre 101 e 500 hectares e os maiores de 501 hectares tiveram pequeno decréscimo. Os dados de 1970 e 1975 afirmam o incremento dos pequenos estabelecimentos em número e área, totalizando 491 estabelecimentos em 1975, os 348 estabelecimentos com área superior a 501 hectares continuaram ocupando a maior parcela de terras do município.

A tabela 3 permite verificar que, de 1950 a 1975, a pastagem ocupou a maior parcela de terras, com pequeno decréscimo de 9,47% no período. A lavoura temporária, por outro lado, teve expansão crescente e vinculada predominantemente a rizicultura. Em parte, essa expansão pode ser resultado do recrudescimento daqueles ocupados com pastagens, haja vista que a área com matas/florestas permaneceram estáveis e a redução das terras em culturas não atinge patamar para a expansão ocorrida. Contudo, as lavouras temporárias ocuparam em 1975 apenas 6,9% das terras municipais.

Atividade	1950	1960	1970	1975
	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)
Lavoura temporária	7.601	19.072	21.340	42.884
Lavoura permanente	536	3.766	710	495
Pastagem	617.250	536.280	587.729	558.745
Matas e florestas	20.378	25.492	20.382	19.886
Terras incultas	9.839	6.744	4.975	3.206
Total	655.604	591.354	635.136	625.216

Tabela 3 - Uso da Terra em Uruguaiana: 1950/1975 Fonte: Censo Agrícola, IBGE, 1950, 1960,1970 e 1975.

Sobre a atividade pecuária de Uruguaiana, a tabela 4 mostra que, de 1950 a 1975 o número de estabelecimentos e cabeças de bovinos foi ampliada (embora com redução em 1960), com acréscimo de 15,4%. Chama a atenção o aumento do número de estabelecimentos, com expansão de 41,9% no período. Isso indica que a atividade também foi ampliada em médios estabelecimentos, já que os pequenos são predominantemente ligados às lavouras temporárias.

Destaque também para a criação ovina, que em três décadas cresceu 23,99% em número de cabeças e 57,7% em estabelecimentos. Esse crescimento significativo está relacionado com a produção de lã, atividade que insere Uruguaiana no mercado internacional através da exportação do produto.

	1950		1960		1970		1975	
	Estab	Cabeças	Estab	Cabeças	Estab	Cabeças	Estab	Cabeças
Bovinos	830	337.547	955	309.068	1.181	364.029	1.178	389.538
Equinos /muares	707	20.459	937	20.054	1.223	19.129	1.115	18.908
Ovinos	666	778.380	730	1.117.305	1.015	1.406.669	994	1.271.501
Suínos	336	2.085	498	12.591	362	2.765	496	4.420
Aves	691	25.212	792	31.230	828	43.131	875	43.600

Tabela 4 - Atividade pecuária de Uruguaiana: 1950 /1975 **Fonte:** Censo Agrícola, IBGE, 1950, 1960 ,1970 e 1975.

Até a década de 1970 a maior parte da carne produzida em Uruguaiana era destinada aos frigoríficos de Santana do Livramento e de Rosário do Sul/RS, os quais realizavam a exportação do produto congelado. Foi criado em 1966, em Uruguaiana, o frigorífico da Cooperativa da Fronteira Oeste, que realizava o abate para consumo local e regional (RODRIGUES, 2005).

Desenvolvida de forma extensiva e com relações de produção centenárias, a Campanha Gaúcha consolidou-se como a principal área de pecuária de corte do Rio Grande do Sul, mas sem que houvessem alterações técnicas, nem nas relações de produção vigentes no campo até a década de 1970.

As figuras clássicas do estancieiro e do peão gaúcho pouco se modificaram no decorrer dos últimos 300 anos [...] Até hoje, o criador gaúcho em quase nada alterou a paisagem natural [...] O gado das raças inglesas criado na Campanha alcança, em média, um peso muito superior ao do Brasil tropical [...] Não se deve concluir daí, apressadamente, que sistemas pastoris intensivos tenham sido adotados na Campanha. Perdura ainda o pastoreio permanente em pastos brutos, muitas vezes misturados os bovinos com carneiros. O pessoal empregado numa estância reflete

bem como são extensivas as técnicas: 1 a 2 peões cuidam o gado de uma fazenda de criação com 1.000 hectares! (VALVERDE, 1985, p. 209).

Tanto assim que em Uruguaiana as terras continuaram concentradas, a pecuária não foi atingida pelas técnicas modernas de inseminação artificial, melhoramento genético de animais, etc.

A pecuária de Uruguaiana na atualidade: 1980/2015

Em Uruguaiana verifica-se que, a estrutura dimensional dos estabelecimentos foi pouco alterada a partir de 1970, tanto que a tabela 5 mostra forte concentração da propriedade da terra, pois em 1980 os pequenos estabelecimentos (com até 100 hectares) representavam 43,5% do total numérico e apenas 3% das terras ocupadas. Na contrapartida, os grandes estabelecimentos, com mais de 500 hectares, perfizeram 24% do número total e 79,58% do total de terras. Em 1996 e 2006 a situação era relativamente similar, pois os pequenos estabelecimentos alcançaram 48% do total numérico e 4,1% da área total. Os grandes estabelecimentos representaram 18% do total numérico e 77,7% da área total. Em 1996 (IBGE,1996) ocorreu aumento das terras ocupadas pelos estabelecimentos com até 100 hectares, isso se deu pelos assentamentos.

Grupos de área (ha)	1980		Grupos de área (ha)	1996		Grupos de área (ha)	2006	
	Estab	Área		Estab	Área		Estab	Área
Até 49	434	7.654	Até 99	438	9.226	Até 49	540	12.794
50 a 100	160	11.674	100 a 500	416	18.014	50 a 100	261	16.248
101 a 500	439	111.587	Acima de 501	365	599.877	101 a 500	575	127.323
+ de 501	332	510.319		501				301
Total	1.365	641.234	Total	1.219	627.117	Total	1.667	701.974

Tabela 5 - Estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais de Uruguaiana:1980/2006⁸ Fonte: IBGE, Censo Agrícola (1980, 1996, 2006), Sistema Nacional de Cadastro Rural (1997).

⁸ Em 2006 algumas mudanças ocorreram na estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais de Uruguaiana, e nesta perspectiva é importante considerar que, em 1997 o distrito de Barra do Quaraí foi desmembrado de Uruguaiana, tornando-

Chelotti (2011, p.38) evidência que, sobre as áreas com predomínio de grandes propriedades rurais na Campanha, o processo de modernização não foi capaz de mudar a estrutura fundiária, aliás, concentrou ainda mais.

A tabela 6 apresenta o uso da terra em Uruguaiana entre 1980 e 2006. A pastagem, elemento fundamental para o desenvolvimento da pecuária, perdeu 14,35% de área entre 1980 e 2006, mesmo assim, correspondeu a 79,47% da área total em 2006. Esta diminuição da área de pastagem está relacionada com as técnicas utilizadas na pecuária, especialmente a partir da década de 1990, bem como o desmembramento de Barra do Quaraí do território de Uruguaiana. A área de lavoura temporária manteve-se estável, com relativo aumento em 1996 e correspondendo a 15,89% da área total em 2006; a lavoura permanente pouco representa nas atividades agropecuárias do município.

Atividade	1980	1996	2006
	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)
Lavoura temporária	72.907	95.378	79.741
Lavoura permanente	416	710	166
Pastagem	507.988	428.955	395.085
Matas e florestas	20.352	23.894	18.497
Terras incultas	2.658	1.143	3.661
Total	604.321	550.080	497.150

Tabela 6 - Uso da Terra em Uruguaiana:1980/2006. Fonte: IBGE, Censo Agrícola (1980, 1996, 2006), Sistema Nacional de Cadastro Rural (1997).

De acordo com a tabela 7, os rebanhos mais importantes são bovinos e ovinos, sendo que a criação de ovinos apresentou diminuição significativa no período analisado, passando de mais de um milhão de cabeças em 1980, para 170.159 em 2006. A ovinocultura ganhou destaque pela demanda internacional de lã, especialmente nos mercados europeus. Diante deste crescimento, em 1942 foi criada a Associação Rio-grandense de Criadores de Ovinos, que posteriormente tornou-se a Associação Brasileira de Criadores de Ovinos, encarregada por programas de melhoramento genético dos animais. O estado do Rio Grande do Sul chegou a contar com mais de 50% do número de cabeças de ovinos no país, entretanto, no início da década de 1990 ocorreu grande queda no mercado de lã, ocasionando o

se município, ou seja, algumas alterações em relação a área e quantidade de estabelecimentos rurais está relacionado com esta questão.

fechamento de importantes cooperativas de produtores de lã.

	1980		1996		2006	
	Estab	Cabeças	Estab	Cabeças	Estab	Cabeças
Bovinos	1.071	415.781	799	399.527	557	368.646
Equinos /muares	995	19.509	701	15.564	497	13.301
Ovinos	881	1.041.040	516	774.002	364	170.159
Suínos	398	5.382	241	5.383	187	160
Aves	660	41.576	522	18.000	587	22.145

Tabela 7 - Atividade pecuária de Uruguaiana: 1980/2006 Fonte: IBGE, Censo Agrícola (1980, 1996, 2006).

Em relação ao rebanho bovino, mesmo sendo o mais importante, tanto em cabeças quanto em estabelecimentos, teve queda de 11,33% no número de cabeças e de 48% no número de estabelecimentos entre 1980 e 2006, totalizando 557 estabelecimentos e 368.646 cabeças na última data. Neste sentido é importante destacar que, muitos estabelecimentos dedicam-se concomitantemente a criação de gado e a produção de arroz.

O gado criado em Uruguaiana é destinado ao corte, no entanto, o abate e o processamento da carne não são realizados no município, visto que o mesmo conta com apenas um frigorífico, que atende a demanda local. De acordo com entrevista realizada com o presidente da Associação Pecuária de Uruguaiana (2016), o gado é vendido em pé e abatido em outros municípios, cujo maior comprador é a empresa JBS.

Embora o melhoramento genético e a inserção de raças européias nos rebanhos de Uruguaiana ocorram esporadicamente desde o início do século XX, a modernização da pecuária ocorreu somente na década de 1990, associado as cabanhãs⁹. Neste sentido Fontoura (2003) explicita que, o processo de modernização estimula a agricultura e não a pecuária bovina. A capitalização dentro da pecuária e sua transformação em atividade intensiva, voltada a exportação, foi e continua sendo um dos elementos a alterar o domínio exclusivo do pastoreio extensivo na Campanha. Contudo, sua característica restrita

⁹ Estabelecimento rural destinado a criação de determinadas raças de animais, utilizando técnicas avançadas de criação e reprodução, a exemplo do melhoramento genético.

mantem-se até hoje, as cabanhãs não generalizaram as práticas intensivas como esperado (COSTA, 1987).

Até a década de 1990 não se observa mudanças no sistema de produção pecuarista no Rio Grande do Sul. A introdução de novas formas de gerenciamento ocorreram a partir de algumas empresas e aplicadas pelos filhos de estancieiros com formação acadêmica.

Com um rebanho geneticamente melhorado, a bovinocultura de Uruguaiana deu um salto qualitativo, porém com estrangulamento no tempo de abate, em média quatro a três anos, sendo que as demandas do mercado são de carnes mais precoces. Com a necessidade de diminuir o tempo de abate para menos de dois anos, bem como a melhoria dos campos nativos, ocorreu a integração entre a agricultura moderna e a pecuária. Este processo ocorre da seguinte forma “[...] Após a colheita do arroz nas várzeas e da soja nas coxilhas, intensificou-se o cultivo de forrageiras nas restevas, garantindo uma alimentação de qualidade no período de inverno, pois com as geadas, os campos nativos ficavam danificados” (CHELLOTI, 2011, p. 58).

A venda de sêmens e do gado das cabanhãs ocorre através de leilões e conta com mercado nacional e internacional, com destaque para a Argentina. No que diz respeito as relações sociais nesta atividade, deve-se apontar que estas permanecem com as mesmas características, ou seja, pouca mão de obra e majoritariamente assalariada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período da formação de Uruguaiana foi marcado pelo início da pecuária, pela busca da definição da área de fronteira entre Espanha e Portugal e pelo estabelecimento das sesmarias, que contaram com relações sociais tipicamente feudais. Estas relações reproduziram-se nas estâncias e nos processos de criação de gado e produção de charque.

A formação socioespacial enquanto categoria permite entender que, sua realização se faz de modo diversificado em termos regionais. Isso porque, a esta categoria estão vinculados elementos da geografia física, da população, da história, das relações sociais, das atividades econômicas, etc.

Em Uruguaiana se realizou uma formação socioespacial com base na grande propriedade e pecuária bovina. A partir da pecuária foi possível a transformação da carne em charque, como mecanismo de atendimento de demandas internas do mercado consumidor. Com o fechamento das charqueadas ocorreu alteração nas atividades econômicas, haja vista o enfraquecimento e conseqüente fechamento de muitas dessas. No entanto, o início da produção de arroz no município não significou o término da pecuária, que se manteve como principal atividade, associada à rizicultura.

Isso se deu pelo processo de modernização da agricultura, o qual possibilitou a inserção da rizicultura nas fazendas tradicionalmente pecuaristas, ou seja, atrelou-se a pecuária, a produção do arroz, não alterando, no entanto, as características históricas que deram a Uruguaiana a formação da grande propriedade.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, E, F. A produção da miséria na metade Sul gaúcha a partir da apropriação privada dos fundos públicos. *Sociedade e Território*, v. 23, n 2, Natal, jul./dez, 2011.

ALMEIDA, P, F, C, de. Exportações e indústrias no Rio Grande do Sul: 1930-74. *Ensaio FEE*, v.12, n.2, Porto Alegre, 1992.

ANTONACCI, M, A. **RS, as oposições e a Revolução de 1923**. Porto Alegre: Mercado aberto, 1981.

AVÉ – LALLEMANT. A F. **Os campos neutrais**. Porto Alegre: Gráfica Editora Planus Ltda, 1972.

BESKOW, P, R. A formação da economia arrozeira do Rio Grande do Sul. *Ensaio FEE*, v.4, n.2, Porto Alegre, 1984.

BESSA, K. Diferenciação espacial como elemento próprio a natureza da geografia. *Revista Mercator*, v.9, n.2, Fortaleza, 2010.

BRASIL. Directoria Geral de Estatística. **Recenseamento da População do Império do Brasil de 1872**, Rio de Janeiro, 1872.

_____. **Estatuto da Terra**. n. 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_3/leis/l4504.htm. Acesso em: 27 ago, 2017.

CATÃO, R. F. A história da dualidade brasileira e a constituição do setor elétrico no país. **Geografia em Atos**, n.8, v.2, Presidente Prudente, 2008.

CÉSAR, G. **Origens da Economia Gaúcha: O boi e o poder**. Porto Alegre: Corag, 2005.

CHELOTTI, M, C. Produção desigual do espaço e dinâmica regional da agropecuária na Campanha Gaúcha (Brasil). **Observatorium**, v.2, n.6, Uberlândia, abr, 2011.

CHOLLEY, A. Observações sobre alguns pontos de vista geográficos. **Boletim Geográfico**, n. 179 e 180, Rio de Janeiro, 1964.

CORSETTI, B. **Estudo da charqueada gaúcha no século XIX**. 1983, 343.p. Dissertação (Mestrado em História) 1983. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1983.

COSTA, R. H. da. Os agentes modeladores do novo espaço capitalista da campanha gaúcha, **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 15, p. 03-18, Porto Alegre, 1987.

DIAS, M, H. **O Rio Grande do Sul no circuito comercial platino: permanência ou desarticulação durante a 1ª República?** 1996, 251p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 1996.

DORNELES, L, L. Guerra Farrroupilha: considerações acerca das tensões internas, reivindicações e ganhos reais do decênio revoltoso. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v.2, n.4, São Paulo, dez, 2010.

FACHEL, J, P, G. **Revolução Farrroupilha**. Pelotas: Editora da UFPEL, 2002.

FARINATTI, L, A, E. Um campo de possibilidades: notas sobre as formas de mão-de-obra na pecuária (Rio Grande do Sul século XIX). **História Unisinos**, v. 8, São Leopoldo, ago/dez, 2003.

FERREIRA, L. P. **Curso de direito agrário**. São Paulo: Saraiva,1994.

FLÔRES, J, R, A. **A vila de São Borja (1834-1887) numa conjuntura de transição: história sócio-econômica e geopolítica**.1996, 177p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Canoas, 1996.

FONSECA, P, C, D. **RS: Economia e conflitos políticos na República Velha**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

FONTOURA, L, F. M. A pecuária empresarial como agente modernizador na Região da Campanha. p.1 -10. In:PRIMEIRAS JORNADAS DE ECONOMIA REGIONAL COMPARADA. **Anais...**Porto Alegre: FEE, 2005.

FONTOURA, J, M. **Cooperativismo de crédito e microcrédito rural**. Porto Alegre: Ufrgs Editora, 2003.

HERRLEIN, R, J. A transição capitalista no Rio Grande do Sul, 1889-1930: uma nova interpretação. **Economia e Sociedade**, v. 13, n. 1, Campinas, jan/jun, 2004.

IBGE. **Censos Demográfico e Econômicos – Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul 1950**. Rio de Janeiro, 1955.

LÊNIN, V. I. **The development of capitalism in Russia**. Moscou: Progress Publishers, 1974.

LIMA, R, C. **Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

MAESTRI, M. **O escravo gaúcho: resistência e trabalho**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989.

- MAMIGONIAN, A. A geografia e a formação social como teoria e como método. In: SOUZA, M. A. A. de (Org.), **O mundo do cidadão um cidadão do mundo**, São Paulo: Hucitec, 1996.
- MARX, K. O método da economia política. In: **Contribuição da crítica à economia política**. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves, São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- _____, K. **Capítulo VI inédito de O capital**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio Kothe, São Paulo: Editora Moraes, 1985.
- _____, K; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira, São Paulo: Hucitec, 1986.
- MIELITZ, C. G. A. **Modernização e diferenciação na bovinocultura de corte brasileira**. 1994, 224p. Tese (Doutorado em Economia), Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1994.
- PESAVENTO, S, J. **República Velha Gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores**. Porto Alegre: movimento/IEL, 1980.
- PEREIRA, R, M, F, A, do. . Formação sócio-espacial do litoral de Santa Catarina (Brasil): gênese e transformações recentes. **Geosul**, v.18, n.35, Florianópolis, jan/jun, 2003.
- PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.
- QUEIROZ, M, I, P. Pecuária e vida pastoril: sua evolução em duas regiões brasileiras. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n.19, São Paulo, 1977.
- RANGEL, I. A história da dualidade brasileira. **Revista de Economia Política**, v.1, n.4, São Paulo, out/dez 1981.
- SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, n.54, São Paulo, jun,1982.
- _____, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SERRES, H, S. Organização geopolítica da Região do Povo da Cruz: O Itaqui de 1629 à 1801. **Estudios Historicos**, ano 2, n.4, Uruguai, mar, 2010.
- SOARES, F, C. **Santa Thereza: um estudo sobre as charqueadas da fronteira Brasil – Uruguai**. 2006, 118p. Dissertação (Mestrado em Integração Latino-americana). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006.
- TOLMASQUIM, M, T. O Brasil e o ciclo de Kondratieff e Juglar segundo a obra de Ignacio Rangel. **Revista de Economia Política**, v.11, n.4, São Paulo, out/nov, 1991.
- VALVERDE, O. **Estudos de geografia agrária brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- VIEIRA, E, F. e RANGEL, S, S. **Geografia econômica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Sagra, 1993.
- ZAAR, A. A migração rural no oeste paranaense/ Brasil: A trajetória dos “Brasiguaios”. **Scripta Nova**, n.94, Barcelona, ago, 2001.